



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639976 - SP (2021/0012335-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
REBECA DE HOLANDA BRAGA ROCHA - MA010219  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VICTOR FERNANDO SANTOS MACEDO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR FERNANDO SANTOS MACEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 1520289-11.2019.8.26.0228).

O paciente foi preso preventivamente e posteriormente denunciado e condenado nas penas do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, tendo-lhe sido fixada uma pena privativa de liberdade de 05 anos de reclusão em regime inicial fechado.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que manteve a sentença condenatória proferida pelo juízo de origem.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja redimensionada a pena corporal fixada pelas instâncias ordinárias, bem como abrandado o regime de cumprimento de pena imposto ao paciente.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque a ementa do acórdão de fls. 15-28 dispõe:

*"Apelação criminal Tráfico ilícito de entorpecentes. Sentença condenatória Pretendida a absolvição por fragilidade probatória ou, subsidiariamente, a aplicação do redutor na fração máxima, a substituição da pena corporal por restritivas de direitos e o abrandamento do regime prisional Inadmissibilidade Materialidade e autoria suficientemente demonstradas Depoimentos de policiais valiosos na elucidação dos fatos Condenação bem editada, com base em sólido e convincente acervo probatório Básicas nos mínimos legais. Menoridade reconhecida, mas que não reflete na sanção. Súmula 231 do STJ. Impossibilidade de aplicação do redutor, mormente em face do reiterado envolvimento do réu com atividade criminosa, desde quando adolescente .No tocante ao*

*regime, gravidade concreta da conduta revela elevada danosidade social, a reclamar, portanto, a fixação do regime fechado, servindo, de resto, ao lado do quantum punitivo como obstáculo à substituição da pena corporal por restritivas de direitos. Recurso desprovido."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e não está patente a alegada ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência